

JORNAL da



MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0046 | MARÇO DE 2017 - www.oabmt.org.br



OAB-MT emite parecer sobre regulamentação de aplicativos para transporte privado urbano

Página - 9

Atendendo OAB-MT, TRT 23 restabelece funcionamento de varas itinerantes

Página - 3

Comissão de Direito Civil apresenta balanço sobre 1º ano de vigência do CPC

Página - 6

ESA-MT promove mudanças na coordenação pedagógica

Página - 14

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva

Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha
Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção

Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO	NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente	QUARTA TURMA			OITAVA TURMA		
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.	JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente	CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral	JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator	JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
SECRETARIA GERAL	TELEFONE	TELEFONE	HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator	JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
	3613-0935	3613-0940	LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator	THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
			ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator	RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
PRIMEIRA TURMA			QUINTA TURMA			NONA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente	ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente	ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator	ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora	ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator	JULIERME ROMERO	6.240	Relator	AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator	ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator	DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora	MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator	DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
SEGUNDA TURMA			SEXTA TURMA			DÉCIMA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente	JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente	SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator	MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator	MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora	GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator	RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator	JOSÉ ANTONIO GASPAROLO JÚNIOR	7.191	Relator	JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator	CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora	MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
TERCEIRA TURMA			SÉTIMA TURMA			DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente	LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente	MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora	EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator	AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator	ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora	PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator	HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator	APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator	LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator			

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambium - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Fotografias: Kamila Martins/
Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



Atendendo a OAB-MT, TRT 23 restabelece funcionamento das varas itinerantes

Atendendo ao pleito da OAB-MT que atuou para garantir o restabelecimento das varas itinerantes, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23) reativou as unidades de Canarana, Nova Xavantina, Campo Verde e Aripuanã e a implantação em Paranatinga. A medida foi estabelecida através da Portaria nº 018/2017.

Em junho de 2016, a OAB-MT participou de uma série de reuniões sobre os cortes orçamentários ocorridos na Justiça do Trabalho. Na época, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos classificou a medida como “corte ideológico” e

atuou para garantir o restabelecimento das varas itinerantes e o acesso à justiça.

Diante do fechamento e suspensão das varas itinerantes, o presidente da OAB-MT acompanhou a presidente do TRT/MT desembargadora Beatriz Theodoro em reunião com a bancada federal do Estado. Na ocasião, reivindicaram o apoio dos parlamentares para garantir a suplementação orçamentária.

Conforme estudo realizado pelo Tribunal com base em dados estatísticos de movimentação processual das Varas do Trabalho, conjugado com as grandes distâncias percorridas pelo jurisdicionado,

verificou-se a necessidade de restabelecimento de algumas varas itinerantes.

Com isso, a Portaria nº 018/2017 restabeleceu o funcionamento das varas itinerantes de Canarana, Nova Xavantina, Campo Verde e Aripuanã, permanecendo suspensas as de Querência, Vila Rica, Rosário Oeste e Guarantã do Norte.

Além disso, também foi determinada a implantação da vara itinerante de Paranatinga, vinculada à vara do trabalho de Primavera do Leste e a vara itinerante de Colniza, vinculada à vara do trabalho de Juína.

A secretária-adjunta da OAB-MT

Gisela Cardoso destacou a atuação da entidade para evitar a suspensão das varas itinerantes. “Celebramos esta notícia, pois a OAB-MT se posicionou desde o começo, no sentido de buscar meios para evitar que isso acontecesse, infelizmente, houve este período de suspensão, e agora serão restabelecidas as varas itinerantes, mesmo que parcialmente, as principais serão retomadas. O retorno das varas itinerantes leva o atendimento jurisdicional às cidades mais distantes, facilitando o acesso dos trabalhadores ao instrumento legal de reivindicação dos seus direitos”, afirmou.

OAB-MT, TJMT e TRT23 debatem retomada da vara itinerante de Paranatinga

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o presidente da subseção de Paranatinga, Evandro Silva Salvador, reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23), desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, para discutir a retomada da vara

itinerante do trabalho na comarca.

Suspensa desde o ano passado em razão da crise financeira na Justiça do Trabalho, a vara itinerante de Paranatinga funcionava em uma sala no Fórum da comarca. No entanto, ao ser desativada, o espaço foi destinado a outra ocupação.

Agora, com a retomada das varas itinerantes, a OAB-MT buscou diálogo entre TJMT e TRT23 para que

a sala volte a ser destinada às audiências trabalhistas.

“Basicamente, só falta isso”, destacou o presidente da subseção de Paranatinga. De acordo com ele, a subseção dará todo o apoio necessário para a reestruturação da sala.

Durante a reunião, o desembargador Rui Ramos se comprometeu a comunicar a diretoria do Fórum para a libera-

ção da sala à Justiça do Trabalho.

No período em que a vara itinerante do Trabalho esteve suspensa, os advogados, reclamantes e testemunhas precisavam se deslocar 140 km para participar das audiências trabalhistas.

A previsão, segundo Evandro Silva Salvador, é de que as primeiras audiências na vara itinerante sejam realizadas a partir do fim de junho.

Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem percorre subseções em Mato Grosso

Reestruturada recentemente, a Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB-MT realizou sua primeira reunião de 2017 nesta semana, quando definiu o calendário de ações no interior do Estado.

A partir do próximo dia 28 a Comissão dá início a uma série de encontros com a advocacia de diversas subseções. De acordo com a presidente da Comissão Especial, Nalian Cintra Machado, será um bate papo para esclarecer e tirar dúvidas.

Ela ainda ressalta que é importante a participação dos advogados e advogadas durante as reuniões para conhecerem a conciliação, mediação e a arbitragem até mesmo como uma opção de mercado para a advocacia.

A primeira subseção a receber a Comissão Especial foi Rondonópolis, no dia 28 de março e no dia 5 de abril aconteceu em Cáceres. Ainda neste semestre serão realizados encontros nas subseções de Primavera do Leste, Barra do Garças e Sinop. Confira o calendário:

27 de abril – Primavera do Leste

10 de maio – Barra do Garças

31 de maio – Sinop



Codel alerta sobre atualização de navegador e uso do PJe

A Comissão de Direito Eletrônico da OAB-MT alerta à advocacia quanto a atualização do navegador de Internet Firefox, que pode prejudicar o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Conforme o presidente da Comissão, Gonçalo Adão, a atualização do Firefox para a versão 52 pode prejudicar o funcionamento do PJe, uma vez que o navegador não dará mais suporte à plataforma Java, que roda vários programas e sistemas operacionais.

O presidente da Comissão pontuou que em recente matéria no link https://www.java.com/pt_BR/download/help/firefox_java.xml, a Java mencionou que o Firefox que roda em computadores de 64 bits não suporta plug-ins NPAPI, incluindo o Java.

“É claro que muito usuários acessam o PJe através do Navegador do CNJ (<http://pje.stf.jus.br/pje/programs/navegadorpje.zip>), que descomplicou a vida dos advogados no que se refere as configurações necessárias para acessar a ferramenta, contudo o próprio navegador pode apresentar instabilidades ou deixar de funcionar, apesar de

existir norma (Lei 11.419/2006) que trata o caso da indisponibilidade e pode gerar a suspensão do(s) prazo(s), sempre é bom ter uma segunda opção para acessar o PJe, pois mais cedo o mais tarde você pode precisar”, ressaltou.

Além disso, Gonçalo Adão também observou que o programa Projudi do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) roda sobre o Firefox.

Gonçalo Adão também apresentou uma dica à advocacia para desabilitar a atualização automática do navegador. Seguem as instruções:

- a) No canto superior direito, clique no botão (formato de 3 linhas) e vá em “Opções”.
- b) Na janela que abriu, no menu do lado esquerdo pegue “Avançado”.
- c) Identifique e escolha a aba “Atualizações”.
- d) Marque “Nunca Verificar (não recomendado risco de segurança)”
- e) Dependendo da versão que está usando, deverá clicar no botão de “OK”, não existindo, basta fechar a janela.

Isso permitirá a continuidade do PJe ou do PROJUDI no navegador sem maiores problemas.

OAB-MT solicita aumento em tamanho de arquivos anexos no PJe

A OAB-MT solicitou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT 23) para aumentarem o tamanho dos arquivos suportados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A solicitação da OAB-MT foi realizada através da Comissão de Direito Eletrônico (Codel). O presidente da Codel, Gonçalo Adão apresentou o pedido tanto ao TJMT quanto ao TRT 23, com a maior brevidade possível, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Codel considerou os reclames da maioria da classe advocatícia, na necessidade de anexar petições e seus anexos, sendo obrigados diariamente a utilizarem outra ferramenta computacional externa ao PJe, para diminuir o tamanho dos arquivos.

A deliberação deste pedido aconteceu na sessão do Conselho Pleno da OAB-MT no dia 16 de fevereiro, que contou com a presença do presidente do TJMT, desembargador Rui Ramos.

No pedido, a Codel destaca os formatos e tamanhos dos arquivos utilizados pelo CNJ:

Arquivos suportados e tamanho máximo permitido:

Arquivo “audio/ogg”-10.0MB
 Arquivo “image/png”-3.0MB
 Arquivo “application/octet-stream”-10.0MB
 Arquivo “application/pdf”-10.0MB
 Arquivo “audio/vorbis”-10.0MB
 Arquivo “video/ogg”-29.824476MB
 Arquivo “application/save”-10.0MB
 Arquivo “video/quicktime”-29.824476MB
 Arquivo “audio/mpeg”-10.0MB
 Arquivo “video/mp4”-29.824476MB

Acadêmicos de Direito da Unic solicitam apoio da OAB-MT por melhorias no ensino

Os acadêmicos do curso de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic) procuraram a OAB-MT através da Comissão de Ensino Jurídico solicitaram o apoio da entidade no sentido de cobrar providências quanto a melhorias no ensino.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente da Comissão de Ensino Jurídico, José do Patrocínio receberam os alunos do 9º, 8º, 6º, 5º e 2º semestre no dia 10. A iniciativa que conta com abaixo-assinado dos estudantes partiu de Andrés Esteban León Suárez.

Entre as principais reclamações dos alunos estão as disciplinas interativas ou semipresenciais que não podem ultrapassar 20% da carga horária total do curso, conforme a Portaria nº 4.059 da instituição de ensino.

“Conforme carga curricular já pré-determinada pelos órgãos competentes, o curso de Direito deverá dispor de 3700 horas, onde a instituição supracitada adota usá-las nos formatos presenciais, semipresenciais e extracurriculares. Porém, de acordo com o somatório de todas as disciplinas semipresenciais, a distância, conforme anexo II esta carga horária está em 830hs. Levando em consideração a grade de acadêmico de 9º semestre, ultrapassando assim o limite estabelecido pela portaria, sendo o permitido de 740h (20% do total)”, acrescenta o pedido.

A medida tem gerado indignação nos estudantes, pois consideram um enorme prejuízo ao aprendizado por ser desco-



nhecido os tutores, o currículo lates e seu conhecimento na área de ensino.

Outro problema apontado é com relação ao Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC) e Estágio Obrigatório que desde o primeiro semestre de 2016 foi transformado em semipresencial. A reposição das aulas também foi alvo de questionamentos.

A Comissão de Ensino Jurídico irá avaliar o requerimento que também será encaminhado ao Conselho Federal da OAB.

Comissão inicia preparativos do 7º Maio Trabalho

A 7ª edição do Maio Trabalho já começou a ser desenvolvida pela Comissão de Direito do Trabalho da OAB-MT. No dia 24, os membros se reuniram e já definiram a data do projeto Trabalho na Praça.

Uma das principais ações do Maio Trabalho, o “Trabalho na Praça”, que leva uma série de serviços e orientações jurídicas à população na Praça Alencastro será realizado no dia 10 de maio, das 8h às 16h.

Presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marco Avallone adianta que a edição de 2017 do Maio Trabalho deverá contar com novidades. Além dos parceiros habituais, como Sine, Procon, Setas,

TRT 23, PRT 23, SRTE, a 7ª edição deverá contar com a participação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (Osamb).

Realizado em todo o estado, durante o Maio Trabalho também serão realizadas palestras para alunos do Ensino Médio e para operadores do Direito.

Durante a reunião da Comissão de Direito do Trabalho também foi discutida a realização da audiência pública, que ocorrerá em todas as seccionais do país, para debater a Reforma do Trabalho. Em Mato Grosso, o evento ainda não tem data definida.

Grupo de Estudos do Novo CPC se reúne às terças

O Grupo de Estudos do Novo Código de Processo Civil (CPC) da OAB-MT voltou a se reunir no dia 7, na sala da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT).

Este encontro terá como objeto de estudo as tutelas provisórias, com ênfase na Tutela da Evidência e Estabilização da Tutela Antecipada. Para discutir o assunto, o expositor convidado é o conselheiro federal Joaquim Spadoni.

Doutorando e mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

(PUC-SP), mestre (LL.M.) em Direito pela University of California, extensão em Direito do Comércio Internacional e Arbitragem Internacional pela Cornell University/Sorbonne Paris I, Spadoni é autor do livro Ação Inibitória (RT) e coautor dos livros Breves Comentários ao Novo CPC (RT), Temas essenciais do novo CPC (RT) e Repercussões do novo CPC – Juizados Especiais (Juspodivm).

O encontro é aberto à participação de todos os profissionais da advocacia interessados. As reuniões do Grupo de Estudo acontecem mensalmente, sempre na terça-feira.

Comissão de Direito Civil apresenta balanço sobre 1º ano de vigência do CPC

Há pouco mais de um ano, após período de amplo debate legislativo, entrava em vigor o novo Código de Processo Civil (CPC)

Para fazer balanço sobre esse primeiro ano de vigência, o presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT, Jorge Luiz Miraglia Jaudy aponta os principais avanços e os maiores desafios quanto à efetivação da aplicabilidade do novo código.

O balanço desse primeiro ano de vigência do novo CPC foi positivo? Já temos o que comemorar?

Embora em vigor há um ano, temos a sensação de que ainda vivenciamos uma espécie de período de decantação. Não tem sido raro recepcionarmos relatos que parecem refletir um certo grau de resistência na implementação de alguns dispositivos do novo código, como se sua aplicabilidade fosse meramente facultativa. De toda forma, embora ainda seja cedo para comemorar, não há dúvidas de que tenha trazido significativos avanços, cujos benefícios serão cada vez mais percebidos, à medida em que forem sendo incorporados pelos operadores do direito.

Quais os avanços mais significativos já puderam ser percebidos?

Para apontar apenas aquelas modificações de natureza principiológica, e que portanto, permeiam toda e qualquer relação jurídica processual, merecem destaque os dispositivos que implementam o princípio da primazia do julgamento de mérito, afastando situações em que se permitia que o processo fosse extinto sem julgamento de mérito em razão de falhas meramente formais. De igual forma, parece ocupar posição de destaque a vedação das chamadas decisões surpresa, que trouxe novas feições ao já consagrado princípio do contraditório, além do estabelecimento das hipóteses em que não se considera atendida a exigência de fundamentação das decisões judiciais.

Por qual motivo as alterações advindas da nova codificação ainda não estão sendo integralmente implementadas?

Acredito que o legislador andou muito bem ao conceber o novo sistema processual, introduzindo modificações relevantes em variadas frentes. Contudo, o que temos observado é que ainda há ca-



rência de estrutura que permita a materialização de alguns ditames previstos pela nova legislação, a exemplo do que ocorre com a ausência de estruturação efetiva da Central de Conciliação e Mediação de Conflitos da capital e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), sequer implementados na maioria das comarcas do Estado.

Quais outros exemplos de ausência de efetiva implantação do novo código?

Tem prevalecido, em sede de Juizados Especiais, o entendimento materializado no Enunciado Fonaje nº 165, que sustenta a inaplicabilidade da forma de contagem de prazos processuais em dias úteis, conforme preconizado pelo artigo 219 do novo CPC. Respeitando as opiniões contrárias, acredito que tal entendimento traduz um dos mais emblemáticos exemplos de inobservância da nova legis-

lação, justamente por envolver a forma de contagem dos prazos, baliza mais fundamental de qualquer sistema processual, que jamais poderia ter sido extirpada dos Juizados Especiais, em nome de alegada incompatibilidade com o princípio da celeridade, norteador do sistema regulado pela Lei nº 9.099/95. Como é certo que a Lei dos Juizados Especiais não previu qualquer forma de contagem de prazos, é no mínimo injustificável a prevalência da posição adotada pelo Fonaje, que ampara-se em dispositivo inexistente para concluir pela contagem de prazos em dias corridos.

O que tem feito a OAB-MT diante dessas situações?

A OAB-MT tem constantemente acionado os órgãos competentes visando a efetiva implementação do novo sistema processual. Para tanto, tem monitorado

situações em que há desrespeito ou ausência de implementação do novo sistema, relatados tanto pelos advogados como pelos próprios jurisdicionados, por meio dos mais diversos canais de atendimento, ensejando a adoção das providências cabíveis, conforme o caso.

Como devem ser informadas eventuais violações aos dispositivos do novo CPC?

A OAB-MT sempre estará disponível para recepcionar todo e qualquer relato de violação ou desrespeito à legislação em vigor. No caso do novo CPC, foi disponibilizado canal denominado "Observatório do Novo CPC", desenvolvido pela Comissão de Direito Civil e Processo Civil, cujo objetivo consiste no monitoramento da efetiva implementação da nova legislação processual, por meio de relatos enviados ao e-mail observatorioopc@oabmt.org.br

A utilização dessa ferramenta trouxe algum resultado prático?

Sem dúvida. Após provocação da OAB-MT, obtivemos retorno acerca da implementação da possibilidade de parcelamento das custas judiciais, que agora podem ser parcelas em até 6 vezes, desde que atendidos os requisitos previstos no artigo 468 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria - CNGC, que regulamentou o artigo 98 do NCPC. Mais recentemente, pudemos comemorar decisão oriunda do Juizado Especial do Cristo Rei, que reconheceu a possibilidade de fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, conforme expressamente preconizado pelo artigo 523, §1º do novo CPC, conforme conclusão de estudo técnico realizado no âmbito da Comissão de Direito Civil e Processo Civil.

Além do Observatório do Novo CPC, quais os outros projetos da OAB-MT sobre a nova legislação processual?

A OAB-MT mantém, por meio da ESA, diversos cursos presenciais e telepresenciais. Ademais, as Comissões de Civil e Processo Civil, em parceria com a Comissão do Jovem Advogado, mantém Grupo de Estudos sobre o novo CPC, com encontros mensais e gratuitos realizados nas primeiras terças-feiras do mês na sede da ESA, oportunidade em que são debatidas as principais inovações do novo código.

OAB-MT e TJMT discutem melhorias na comarca de Guarantã do Norte

A elevação da comarca de Guarantã do Norte, uma das demandas prioritárias apresentadas pela OAB-MT ao Poder Judiciário neste início de ano, voltou a ser debatida entre as entidades no dia 14.

O secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, o presidente e o vice-presidente da subseção de Peixoto de Azevedo, Marcus Augusto Giraldo Macedo e Ivan Carlos Santore, respectivamente, reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, para apresentar as necessidades de melhorias estruturais na comarca. O encontro ainda contou com a participação do deputado estadual Pedro Satélite, do presidente de Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Celso Henrique e o vereador Silvinho Dutra.

Com o pedido apresentado há pelo menos 5 anos, a necessidade de elevação da

comarca de Guarantã do Norte para a segunda entrância foi constatada durante a correição realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso no ano passado.

De acordo com o presidente da

subseção de Peixoto de Azevedo, durante todo esse tempo foi a primeira vez que recebeu uma resposta efetiva do Poder Judiciário em relação ao pleito.

Diante do que foi apresentado, o desembargador Rui Ramos se compro-

meteu a visitar a comarca de Guarantã do Norte até o mês de abril, onde se reunirá com a advocacia local e, ainda, dar seguimento ao processo de designação de um juiz colaborador, além da criação de uma segunda vara.

O desembargador explicou que o processo de elevação de comarca leva certo tempo, portanto as medidas devem contribuir para a melhoria breve da prestação jurisdicional e acelerar a transformação de Guarantã do Norte em comarca de segunda entrância.

Estima-se que cerca de 15 mil processos tramitem na comarca e a média de entrada é de aproximadamente 400 processos por mês.

“A reunião foi bastante produtiva e o Tribunal reconheceu a necessidade de melhorar a estrutura naquela comarca. A OAB-MT se coloca sempre à disposição para trabalhar em conjunto pela melhoria da prestação jurisdicional”, ressaltou Ulisses Rabaneda.



Comprovante para pagamento de diligências deve ser juntado aos autos do processo

Com a implantação da emissão de guias por meio eletrônico para pagamento de diligências dos Oficiais de Justiça, a juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Cuiabá Edleuza Zogetti orientou que durante este período de transição, os processos que ainda estão sendo recolhidos através de depósito bancário devem juntar o comprovante original aos autos.

A orientação é a mesma para aqueles que efetuarem o pagamento por guia eletrônica que também deve ser juntada aos autos do processo.

A guia eletrônica foi uma conquista da OAB-MT.

Conforme a Portaria nº 002/2017, a juíza conside-

rou que com a implantação da emissão de guias, exclusivamente por meio eletrônico para pagamento de diligências dos Ofícios de Justiça e assim, determinou que a parte junte aos autos do processo em que será efetuada a diligência a guia devidamente paga.

Também determinou que “no período de transição a parte continue juntando o original do comprovante do depósito aos autos do processo em que será efetuada a diligência”.

Além disso, a juíza resalta que os “Gestores das Secretarias Judiciárias encaminhem o mandado para a Central de Mandados acompanhado da guia de recolhimento e/ou depósito do nu-

merário destinado à diligência do Oficial de Justiça”.

A reivindicação da OAB-MT garantiu a efetividade do Provimento nº 14/2016 da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça (TJMT), proporcionando mais segurança jurídica e a desburocratização da atividade da advocacia.

A guia eletrônica pode ser emitida no portal do TJMT e virá com a identificação do processo. De início, a mudança foi implementada somente em Cuiabá e Várzea Grande. Contudo, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos afirmou que possui compromisso do TJMT de estender o pagamento das diligências por guia eletrônica para todo o Estado.

Após pedido da OAB-MT, Rui Ramos visita comarca

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, visitou no dia 24, a comarca de Guarantã do Norte. O compromisso foi firmado durante reunião com a OAB-MT para discutir a elevação da comarca.

De acordo com o presidente da subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT, Marcus Macedo, a visita foi bastante produtiva. “Será dado início imediato ao processo de criação de mais uma vara em Guarantã do Norte”, informou.

O compromisso é para que a instalação ocorra, no máximo, até o mês de agosto.

Após conhecer as instalações do Fórum, foi definida a criação de uma comissão para auxiliar no processo de ampliação de sua estrutura. A comissão será organizada pela OAB Peixoto de Azevedo com participação de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo de Guarantã do Norte e Novo Mundo.

Para isso, a Câmara Municipal de Guarantã do Norte doou o projeto completo para a construção. Durante o encontro também ficou agendada com o presidente do TJMT uma reunião para discutir a reativação da primeira vara de Peixoto de Azevedo.

TJMT atende pleito da OAB-MT e atos processuais são publicados no DJe

Atendendo pleito da OAB-MT, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) determinou que toda a comunicação oficial dos atos processuais praticados na

plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe) seja realizada por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe). Durante todo o ano de 2016, a OAB-MT cobrou as

publicações via DJe.

Conforme a determinação do TJMT, a obrigatoriedade de publicação dos atos processuais praticados no sistema PJe no DJe alcança

todos os processos em trâmite na plataforma, tanto na Justiça Comum quanto nos Juizados Especiais.

A comunicação dos atos processuais cuja ciência exija vista ou intimação processual deverá ser feita pelo próprio sistema PJe.

Com isso, serão objeto de publicação no DJe: o conteúdo dos despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos, conforme previsão do § 3º do art. 205 da Lei 13.105/2015; as intimações destinadas aos advogados oriundas do sistema PJe, cuja ciência não exija vista ou intimação pessoal; e as citações e intimações por edital, na forma da lei.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu em caráter obrigatório, o PJe e também instituiu o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), contudo, ainda não foi implantado. Diante disso, a Resolução nº 234 do CNJ determina a utilização do DJe do próprio órgão para intimação dos atos processuais até a implantação do DJEN.

OAB-MT pede que atos processuais dos Juizados Especiais no PJe sejam publicados no DJe

A OAB-MT reiterou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para que os atos processuais dos Juizados Especiais em trâmite no Processo Judicial Eletrônico (PJe) sejam publicados no Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

Conforme o pleito apresentado pelo presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) Gonçalo Adão, desde novembro do ano passado, todos os atos processuais decorrentes do PJe em trâmite na Justiça Comum estão sendo publicados via Diário da Justiça Eletrônico.

Com isso, a OAB-MT reiterou o pedido para que todos os atos processuais decorrentes dos Juizados Especiais em trâmite no PJe sejam publicados via Diário da Justiça Eletrônico do TJMT.



OAB-MT comemora decisão sobre efetividade da prestação jurisdicional prevista no CPC

A OAB-MT comemora decisão proferida pelo Juiz de Direito de Várzea Grande João Bosco Soares da Silva que conferiu integral aplicabilidade ao § 1º, do Artigo 523, do novo Código do Processo Civil (CPC), in litteris:

“(…). Após o trânsito em julgado, as reclamadas deverão ser intimadas, através de seus advogados, para cumprir voluntariamente a sentença, na forma do artigo 523, Caput, §1º, do CPC, sob pena de cumprimento forçado da sentença, com acréscimo de multa no percentual de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação.”

A cominação da multa e dos honorários advocatícios previstos no Artigo

523, do CPC, serve de fator de estímulo ao adimplemento voluntário da obrigação, e por assim ser atende ao postulado da celeridade que rege o sistema dos Juizados Especiais. Nesse sentido, ganha o devedor, que se vê liberado da obrigação; ganha o credor, que tem sua prestação satisfeita; ganha o Judiciário, entregando uma prestação jurisdicional célere e eficaz; ganha a sociedade, com um processo menos dispendioso.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos ressaltou que esta é uma decisão a ser comemorada pela entidade, pois reafirma e valoriza o trabalho do advogado enquanto indispensável à administração da Justiça. A OAB-MT também acionou o Conselho Federal da

OAB para garantir o cumprimento do que dispõe o CPC.

“A multa e os honorários previstos no Parágrafo Primeiro, do Artigo 523, do CPC se apresentam como mecanismos que asseguram a duração razoável do processo, a celeridade e eficiência das decisões do Poder Judiciário”, asseverou Leonardo Campos.

Apesar de estar em vigência desde 2016, ainda existe uma parcela do Poder Judiciário que profere decisões que não correspondem aos novos paradigmas do CPC, qual seja a efetividade da prestação jurisdicional em tempo razoável.

Presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Jorge Jaudy explica que a determinação contida no §1º

do artigo 523 do CPC é de atendimento obrigatório, ainda que em sede de Juizados Especiais.

“Este artigo revela a preocupação e o propósito do legislador em dar eficácia à fase de cumprimento de sentença. Não podemos mais conceber, diante da nova legislação, o não cumprimento voluntário da obrigação imposta em comando judicial transitado em julgado, ou ainda, que a parte executada se valha de expedientes processuais para postergar o integral cumprimento da obrigação sem que isso represente ônus financeiro adicional a ser suportado pela parte sucumbente, inclusive em relação aos honorários advocatícios”, concluiu Jorge Jaudy.



OAB-MT emitirá parecer sobre regulamentação de aplicativos para transporte privado urbano

A regulamentação da plataforma Uber foi tema de debate no dia 17 em audiência pública realizada na OAB-MT. A partir desta audiência, a OAB-MT emitirá um parecer sobre a regulamentação de aplicativos para transporte privado urbano através da Comissão de Direito do Trânsito.

A audiência reuniu a advocacia, parlamentares, motoristas de Uber e de táxi, e sociedade em geral que contribuíram com o debate sobre a regulamentação dos aplicativos como Uber e Yet Go, além de debater a ampliação de concessão dos

taxistas e a questão do transporte público.

A OAB-MT irá apresentar um parecer técnico acerca da regulamentação dos aplicativos de transporte privado urbano através da Comissão de Direito do Trânsito.

Realizada em conjunto com a Câmara Municipal de Cuiabá, a audiência pública também foi transmitida em tempo real pelo Facebook e Periscope da OAB-MT.

Representando a Prefeitura de Cuiabá, o secretário de Mobilidade Urbana, Antenor Figueiredo afirmou ser a

favor da regulamentação dos aplicativos. “Sou a favor da plataforma Uber, porém não podemos permitir a clandestinidade, é preciso regulamentar”, assegurou.

Movimentos comunitários e sociais, presidentes de bairro e cidadãos se manifestaram favoráveis a utilização dos aplicativos, porém também opinaram pela necessidade de regulamentação para garantir o recolhimento de impostos e uma concorrência leal.

A deputada estadual Janaina Riva (PMDB) também participou da audiência e discorreu sobre o Projeto de Lei de sua

autoria que visa regulamentar o uso dos aplicativos de transporte privado urbano.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos observou que aplicativos como o Uber são um caminho sem volta e que é preciso que o Ministério Público também participe do debate. “O intuito desta audiência pública é buscar todos os pontos de conflitos apresentados pelos segmentos envolvidos no transporte de passageiros e buscar uma solução que tenha como destinatário o cidadão, o usuário do transporte que precisa de um serviço de qualidade”, concluiu.

“Está na hora de enfrentarmos os temas que estavam embaixo do tapete”, destaca presidente da OAB-MT

Durante a audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Cuiabá e pela OAB-MT para debater o transporte de passageiros na Capital, o presidente da entidade, Leonardo Campos, reforçou a necessidade do enfrentamento de temas que ficaram “embaixo do tapete” nos últimos anos.

Com foco principal na regulamentação do serviço oferecido por meio do aplicativo Uber, a audiência que reúne representantes de diversos segmentos levanta outras questões relacionadas ao transporte de passageiros, como por exemplo a situação dos taxistas que trabalham mediante permissões concedidas a outras pessoas.

Conforme o presidente da OAB-

MT, há décadas a sociedade convive com esse fato e não tem coragem de enfrentá-lo. “Está na hora da sociedade chamar temas que outrora estavam embaixo do tapete, sem coragem de enfrentar, e passar a enfrentá-los”, destacou, lembrando que a audiência pública é um ponto de partida para essa discussão que, sem dúvida, influencia no preço final do transporte.

Leonardo Campos ainda ressalta que essa situação referente às permissões para exploração do serviço de táxi é praticamente um fato público e notório, mas nunca se fez nada. Para ele, é preciso que o Ministério Público também participe desta mesa de debates que visa regulamentar o transporte de passageiros de forma ampla.

De acordo com o presidente, o intuito da audiência pública é buscar todos os pontos de conflitos apresentados pelos segmentos envolvidos no transporte de passageiros e buscar uma solução que tenha como destinatário o cidadão, o usuário do transporte que precisa de um serviço de qualidade.

Ele reconhece que o sistema Uber é um caminho sem volta, mas que precisa ser tratado com a isonomia prevista na Constituição Federal, que prevê que os iguais sejam tratados de forma igual. O debate abordou outras formas de transporte público de passageiros, como os operados por vans e microônibus e também do seu impacto no transporte coletivo realizado pelas empresas de ônibus.





Evento de encerramento do Março Sempre Mulher reúne mais de 300 pessoas em Cuiabá

No último dia 31 de março, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou o encerramento do projeto Março Sempre Mulher. O evento ocorreu nas dependências do Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá, reunindo mais de 300 advogadas, estagiárias e suas famílias. Música ao vivo, espaço kids, Espaço Saúde e Beleza e food park foram as atrações do happy hour.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, afirma que o projeto Março Sempre Mulher alcançou seu objetivo, uma vez que mobilizou todas as subseções da OAB Mato Grosso. “Foram mais de 100 eventos ao longo do mês de março. Ações que pregaram o reconhecimento e a valorização da mulher em todas as regiões do estado”.

Para o presidente da OAB Mato Grosso, Leonardo Campos, o sucesso do Março Sempre Mulher é fruto da ação coletiva entre a Comissão de Direito da Mulher (CDM), subseções e Caixa de Assistência. “Tinha certeza que esta união do Sistema OAB Mato Grosso seria bastante exitosa”. A secretária-geral adjunta e presidente da CDM/OAB-MT, Gisela Cardoso, lembra que a programação desenvolvida em Cuiabá e no interior foi bastante elogiada não

apenas pelos profissionais da advocacia, mas por outras entidades.

Compareceram ao evento de encerramento do projeto Março Sempre Mulher conselheiros estaduais da OAB e presidentes de subseções da Ordem.

INTERIOR – Conferências, palestras, confraternizações, atendimento jurídicos gratuitos à comunidade, atividades esportivas. Estas foram algumas das diversas atividades realizadas pelas subseções da OAB-MT no interior de Mato Grosso.

“Deixamos claro que o mês de março não é um mês de chazinhos. As mulheres estão se organizando e mostrando o empoderamento feminino. O trabalho no interior foi maravilhoso com diversos eventos que objetivaram a busca da valorização da mulher. E essa valorização só ocorre com um trabalho muito intenso. E foi isso que vimos neste projeto Março Sempre Mulher: muito trabalho”, afirma a vice-presidente da

CAA/MT e presidente da Comissão de Eventos da OAB Sinop, Xênia Artmann Guerra.



CAA/MT e Racon Consórcios celebram parceria

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) celebrou mais uma parceria. Desta vez, o segmento contemplado é o de consórcio. Já estão valendo as vantagens oferecidas pela Racon Consórcios para que advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) na OAB-MT adquiram cotas para a compra de veículos (carro, moto, náutico, caminhão, caminhonete – novos ou usados de qualquer marca).

O diretor comercial da Racon Consórcios, Daniel Pucca, explica que o consórcio desenvolvido para a advocacia mato-grossense possui opções cujos créditos para compra de um ve-

ículo variam entre R\$37.471,09 e R\$ 58.883,14, com prazos entre 48 e 60 meses. “O consórcio é o melhor investimento para programar conquistas. É um investimento seguro e rentável com 0% de entrada, 100% financiado, sem juros e sem crise”, destaca.

Daniel Pucca adianta que as cotas de consórcio para os profissionais da advocacia terão taxas de administração de 11% (48 meses) e de 12% (60 meses), ou seja, são taxas com percentuais a partir de 0.20% ao mês. Os planos oferecidos pela Racon Consórcios têm parcela integral ou reduzida de 80% até a 30ª parcela para o prazo de 60 meses, e até a 24ª parcela para

o prazo de 48 meses ou até a contemplação; o que ocorrer primeiro (a diferença será rateada no prazo restante da cota).

RACON CONSÓRCIOS – A Racon é a marca da Randon Consórcios, sob a qual opera no mercado nacional de consórcios de imóveis e veículos. Hoje, a Racon Consórcios está presente em 15 estados brasileiros e possui mais de 170 pontos de venda. Já são mais de R\$ 7,5 bilhões em créditos distribuídos e mais de 80.000 clientes contemplados.

Informações: (65) 3027-5050



Alimentos arrecadados beneficiam entidades de Cuiabá e Distrito da Guia



A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou a entrega dos alimentos arrecadados na segunda edição do Carnaval Kids – evento realizado em 24 de fevereiro, em Cuiabá. Depois de beneficiar as famílias desabrigadas pela enchente no município de Campo Novo do Parecis, a ação solidária contemplou as seguintes instituições beneficentes: Casa da Criança Cuiabana (Cuiabá) e Lar Fraternal Irmã Zizinha (Distrito da Guia).

“Agradecemos a todos os colegas advogados e advogadas que doaram os alimentos que, a partir de agora, beneficiaram

dezenas de pessoas que necessitam. Afinal, colaborar para o bem-estar da sociedade também é dever da advocacia e nós, da Caixa de Assistência, sempre seremos parceiros das boas ações em prol do coletivo”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Entre os alimentos arrecadados em maior quantidade estão: arroz, feijão, macarrão, farinha de trigo e açúcar.

A assistente social da Casa da Criança Cuiabana Cristiane Lopes da Silva explica que a entidade é responsável pelo acolhimento de crianças de zero a seis anos de idade que estejam vivendo em situações de vulnerabilidade social.

Atualmente, a manutenção da casa é feita com recursos advindos de convênio com o poder público municipal e doações de pessoas físicas. “Não tenham a menor dúvida que estes alimentos que estamos recebendo são de grande valia para a gente. Estamos muito felizes por isso”. Ao dia, é oferecido um total de quatro refeições para as crianças acolhidas.

Outra parte dos alimentos foi doada para o grupo Lar Fraternal Irmã Zizinha que realiza trabalho voluntário, há mais de um ano, no Distrito da Guia (distante 35 quilômetros de Cuiabá). Os voluntários realizam cursos e palestras e ainda distribuem roupas

e alimentos. Mensalmente, é feito um sopão que é entregue às famílias mais carentes da região.

“Recebemos esses alimentos com muita alegria porque sabemos que ajudarão muitas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade”, afirma Camila Paraense. Ela conta que todas as atividades executadas pelo grupo na comunidade da Guia não tem qualquer auxílio da iniciativa pública. “Contamos com o apoio dos próprios participantes do grupo e de seus familiares e, também, de pessoas que se sensibilizam com a nossa causa e colaboram com donativos”, esclarece.

Empresa KD Meu Chip é a nova conveniada em Tangará da Serra

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) comunica aos advogados(as) e estagiários(as) inscritos(as) na OAB-MT que celebrou mais uma parceria. A KD Meu Chip, de Tangará da Serra, é a nova empresa conveniada.

Os descontos oferecidos variam entre 5% e 20%. A Delegada da CAA/MT, Wanessa Franchini, explica que a KD Meu Chip é especializada em assistência técnica em celulares e tablets, além de comercializar diversos acessórios.

Para os profissionais da advocacia que desejarem adquirir algum produto na KD Meu Chip, será oferecido descon-

to de 20%; já nos casos de serviços de assistência técnica, o percentual será de 5%. É importante apresentar a Carteira da Ordem para ter acesso ao benefício.

A Delegada da CAA/MT adianta que novos convênios serão celebrados em breve. “Sabemos da importância dessas parcerias para a advocacia não somente de Tangará da Serra, mas de todo o estado, uma vez que os descontos não são restritos aos profissionais que atuam na região”, explica.

Para mais informações sobre a KD Meu Chip podem ser obtidas por meio do telefone (65) 3325-1589 / 99904-5611.



OAB Sinop e Polícia Militar tratam sobre prerrogativas profissionais

Com o diálogo aberto, direto e assertivo, a Subseção de Sinop da OAB-MT apresentou as Prerrogativas da Advocacia aos Policiais do 11º Batalhão da Polícia Militar. O encontro teve o objetivo de reafirmar a relação de respeito entre os profissionais e reforçar a necessidade de respeito mútuo e urbanidade.

“Esse diálogo é sempre importante para entendermos quais são os principais pontos de conflito entre os profissionais e coibi-los. É importante lembrar que o trabalho com respeito, educação e ponderação é importante para a convivência saudável, especialmente por ambas as classes fazerem parte da estrutura da Justiça Criminal”, ponderou o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra.

Guerra ainda lembrou que o gerador de conflito está na falta de estrutura oferecida atualmente para ambas as categorias, até mesmo no que diz respeito ao espaço físico disponível para o trabalho junto à Delegacia de Polícia Judiciária Civil.

“Entendemos que a atividade da Polícia Militar é altamente estressante, principalmente por ser de risco. Isso por si só já gera um ambiente hostil, mas com um pouco de compreensão dos advogados e policiais, todos podem ter uma boa relação”, apontou.

Algumas prerrogativas do exercício da advocacia também foram apresentadas aos policiais, já que algumas delas afetam diretamente o trabalho dos militares.

“Queremos lembrar que a advocacia tem prerrogativas e não privilégios, portanto, devem ser respeitadas”, informou José Everaldo, presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados da OAB Sinop.



OAB Campo Novo do Parecis entrega uniformes e materiais escolares

Uma mobilização da subseção de Campo Novo do Parecis da OAB-MT resultou na entrega de uniformes e materiais escolares aos alunos da Escola Estadual Jardim dos Ipês.

No dia 21 alguns estudantes receberam parte das doações. Após tomar conhecimento da situação da escola, a advogada Andreia Andrade Lima conta que os colegas se mobilizaram para contribuir de alguma forma.

Ela, que também é empresária, realizou a doação de uniformes.

“Fico muito grata pela disponibilidade da OAB em ajudar. São pessoas que realmente necessitam. Os alunos e os pais ficaram muito felizes”, comentou a diretora da escola, Geni Marques Silva.

Localizada no Jardim das Palmeiras, bairro mais atingido pela enchente de fevereiro, a Escola Estadual Jardim dos Ipês conta com 260 estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Alunos e seus familiares tiveram suas casas e bens danificados pelas chuvas.

Aproximando-se da metade do ano letivo, Geni conta que muitos estudantes ainda sofrem com a falta de material escolar.

Presidente da subseção de Campo Novo do Parecis, Pedro Antonio dos Santos ressalta que a mobilização envolveu toda a advocacia e aqueles que quiserem ainda podem contribuir.

Materiais como cadernos, lápis, borracha e outros podem ser entregues diretamente na Escola Estadual Jardim dos Ipês.

Enchente – Após a forte precipitação de chuvas que atingiu mais de 3 mil pessoas em Campo Novo do Parecis no início do mês passado, a OAB-MT e a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT) promoveram uma campanha em todo o estado para arrecadação de doativos para as famílias prejudicadas.

Sorriso participa de campanha para doação de medula óssea

A Subseção da OAB-MT de Sorriso participa da campanha para doação de medula óssea em busca de ajuda para Miguel Augusto, de 1 ano e meio.

Nascido em 2015, Miguel Augusto é filho único de Gustavo Alexandre Dressler e Juliane Angeluze Dressler. Após um hemograma de rotina que constatou que as plaquetas estavam abaixo do recomendado, foi confirmado que Miguel é portador de aplasia medular. Com isso, ele precisa tomar semanalmente doses de plaqueta.

Posteriormente, Miguel foi encaminhado ao Hospital Nossa Senhora das Graças em Curitiba (PR) que é especializado em transplante de medula óssea. Até hoje é acompanhado pelos médicos e frequentemente internado para exames e procedimentos.

Neste sentido, somente um transplante de medula traria esperança de cura para Miguel. A família reside atualmente em Tapurah (MT) porém por conta da doença precisam estar frequentemente em hospitais, entre Sinop, Sorriso, Lucas e Curitiba.

Para se tornar doador de medula ós-

sea basta se cadastrar no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome). Em Mato Grosso apenas o Hemocentro em Cuiabá faz o procedimento.

Doa-se 5 ml de sangue e desta amostra o perfil genético do tipo sanguíneo é disponibilizado no cadastro nacional e havendo compatibilidade, o doador será contatado para doação da medula óssea.

O doador deve ter entre 18 e 55 anos, não ter nenhuma doença como AIDS, Hepatite, Chagas, Sífilis e/ou HTLV1/2.

A doação não será feita especificamente para o Miguel Augusto, contudo, quanto mais pessoas se cadastrarem mais chances de encontrar um doador compatível.

Conforme o Redome, na doação não aparentada, as chances do paciente encontrar doador compatível são de 1 em cada 100 mil pessoas, em média.

Endereço do Hemocentro em Cuiabá: Rua 13 de junho, 1055, Bairro Porto (Próximo ao Hospital Geral, ao lado da Igreja Internacional da Graça). Email: hemo@ses.mt.gov., telefone: (65) 3623-0044.



“Precisamos abrir a caixa preta da Previdência Social”, afirma Leonardo Campos

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, que trata da Reforma da Previdência, mobilizou representantes de mais de 160 entidades de todo o país no ato promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no dia 14.

“Precisamos abrir a caixa-preta da Previdência Social”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, que participa da mobilização realizada em Brasília.

A proposta da OAB é que se suspenda a tramitação da proposta a fim de que seja dada a devida transparência sobre a situação da Previdência Social no país, uma vez que não se sustentam os argumentos apresentados pelo governo federal de que haveria déficit.

Após o ato realizado na sede do Conselho Federal da OAB, os participantes seguiram para o Congresso Nacional para entregar a Carta Aberta sobre a Reforma da Previdência. O documento é resultado de uma audiência pública promovida pela OAB com a participação de diversas entidades apontando os abusos previstos na PEC 287.

Também participam do ato nacional as comissões de Direito Previdenciário, com a presidente Emanuelle Moura Cuiabano, o vice-presidente Jonas Albert Schmidt e as advogadas Camila Regina, Mariza Macedo, Josineia Prado, e de Direito Civil e Processo Civil da OAB-MT, representada pela vice-presidente Luciana Póvoas.

OAB-MT firma parceria com Abracrim/ Mato Grosso em defesa das prerrogativas

A OAB-MT firmou parceria com a Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim/MT) na defesa das prerrogativas da advocacia. O presidente da OAB-MT Leonardo Campos recebeu a presidente em Mato Grosso e ouvidora nacional Michelle Marie.

Durante o encontro, foi debatida a necessidade da união entre as entidades em prol da advocacia criminalista, tendo em vista os recentes ataques sofridos em todo o país.

Presidente da OAB-MT Leonardo

Campos ressalta que esta é a gestão do encontro e não do confronto e se comprometeu em atuar em conjunto com a Abracrim para combater os casos de desrespeito à atuação profissional, bem como fomentar encontros da classe.

A presidente da Abracrim/MT Michelle Marie pontuou que será através da união dos profissionais e principalmente das entidades que os representam que serão combatidos as arbitrariedades e desrespeitos ocorridos em detrimento da advocacia criminalista.

A reunião também contou com a

presença do secretário-geral adjunto da Comissão de Direito Penal e Processo Penal Leonardo Bernazolli, que foi indicado para compor a diretoria da Abracrim/MT e será o novo conselheiro.

Além disso, a presidente da Abracrim/MT também nomeou para o Conselho o advogado Ronan Jackson Costa e como ouvidor estadual Anderson Nunes Figueiredo. Com isso, fica como primeiro-secretário Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo, e como ouvidores regionais Iuri Seror Cuiabano, Eduardo César Stefani e Angélica Rodrigues Maciel.

OAB-MT cobra do Poder Judiciário cumprimento da Lei de Acessibilidade

Presidente da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o conselheiro federal da OAB-MT, Josemar Carmerino dos Santos, cobrou do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, o cumprimento da Lei 13.146/2015 nas dependências do Poder Judiciário.

Trata-se do Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar

e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência.

Conforme a legislação, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso

coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além de alertar para adequação da estrutura física de algumas unidades do Poder Judiciário, a exemplo do Fórum de Rondonópolis, onde a rampa não atende as necessidades para garantia da acessibilidade, o conselheiro chamou a atenção para o respeito a estes espaços.

Ele lembrou em que existem locais em que os banheiros para pessoas com deficiência são usados como almoxarifados.

Josemar também destacou a falta de adequação estrutural no próprio TJMT, que não conta, por exemplo, com parlatório adaptado para cadeirantes e pessoas de baixa estatura, de modo que advogados e advogadas com estas deficiências não podem utilizá-lo para fazer a sustentação oral.

O desembargador Rui Ramos se mostrou sensível à cobrança e informou que solicitará um levantamento sobre as condições de acessibilidade das unidades do Poder Judiciário.

ESA-MT promove mudanças na coordenação pedagógica

Após um ano de inovações à frente da coordenação pedagógica da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), o professor Carlos Eduardo Silva e Souza, responsável por implementar projetos como o Direito em Debate – analisando, do ponto de vista jurídico, os prós e os contras de questões polêmicas como a legalização das drogas e do aborto -, passa o bastão para a professora Vladia Maria. Ambos compõem o corpo docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

“Fico muito feliz com os resultados que foram alcançados. A ESA-MT cumpriu o seu papel não apenas em relação aos estudantes e à advocacia, mas nos diversos eventos que também propiciou o alcance da comunidade cuiabana e mato-grossense de forma geral, atraindo público que não é apenas ligado à área jurídica”, comentou o ex-coordenador.

Para Carlos, é importante que a OAB-MT participe do debate sobre estes temas. “A OAB-MT é uma casa democrática

e estes debates acabam propiciando um espaço à comunidade para refletir. São temas palpitantes e que interessam ao cotidiano das pessoas de uma forma geral. O Projeto Direito em Debate permite uma visão mais completa, pois trazem decisões

diferentes a respeito de um mesmo assunto. Isso também permite aquela pessoa que participa vislumbrar não só o diálogo entre diferentes áreas do direito, mas também uma interdisciplinaridade”.

Além disso, a atuação intensa da

ESA-MT neste período também foi pontuada pelo então coordenador pedagógico. “Foram diversos cursos desenvolvidos, palestras, eventos e um número extremamente alto de certificações pela escola. Fico bastante tranquilo, pois a coordenação pedagógica está em boas mãos”.

A nova coordenadora pedagógica da ESA-MT Vladia Maria ressaltou que a ideia é continuar a promover cursos e atividades que envolvam a advocacia, bem como os estudantes de Direito e afirmou que dará continuidade ao trabalho desenvolvido.

“Já estamos planejando a Conferência Estadual da Advocacia e a Jornada Jurídica da OAB-MT. Com certeza firmaremos parcerias com cursos para novas frentes de trabalho, mas também mantendo as que já tínhamos firmado com a coordenação anterior. A ESA-MT fez um trabalho excepcional na gestão do professor Carlos Eduardo, que com certeza contribuiu e muito para a capacitação dos nossos advogados, estagiários e estudantes de direito”, concluiu.



Auditor fiscal orienta advocacia sobre destinação do Imposto de Renda

Parte do Imposto de Renda Devido pode ser destinada aos fundos nacional, estadual e municipais da Infância e Adolescência. Com o objetivo de sensibilizar e conscientizar sobre a importância desta ação, a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT convidou o auditor fiscal da Receita Federal, Renato Moreira Pinheiro, para explicar como o procedimento deve ser feito.

O auditor ressaltou que quem faz a destinação não tem ônus nenhum. “Se fizer ou não a destinação, o imposto de renda a pagar ou a restituir será o mesmo, a única questão é que ao invés de pagar tudo para a União, o contribuinte pode destinar uma parte para os fundos”, explicou.

No próximo dia 28 termina o prazo para a realização da Declaração de Ajuste

Anual da Pessoa Física. No ato da declaração, é possível optar por destinar até 3% do Imposto de Renda (IR) devido.

Tanto aqueles que possuem imposto de renda a pagar, como os que terão valores a restituir, podem fazer a destinação. Para isso, é fundamental que a declaração seja feita no modo completo ao invés do simplificado.

Pinheiro detalha que, ao finalizar a declaração, o contribuinte deve entrar no “resumo” e procurar a opção “doações efetuadas diretamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente” e, ali, escolher o fundo para qual deseja destinar os recursos (nacional, estadual ou municipal) e digitar o valor desejado.

Para maiores informações, é possível acessar a matéria completa no site da OAB-MT.



Informe OAB

OAB-MT participa de ato nacional por uma Reforma da Previdência

A OAB-MT participou do ato “Por uma Proposta Justa de Reforma Previdência – Não à PEC 287/2016”, promovido pelo Conselho Federal da OAB com mais de 160 entidades de todo o país. Vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT, Jonas Albert Schmidt alerta que é importante que a população saiba que não há déficit na previdência que, pelo contrário, é superavitária, para poder cobrar seus direitos e o posicionamento de seus deputados.

Subseção de Colíder e Cras promovem 1ª Edição Mulheres em Foco

Em comemoração ao mês das mulheres, a subseção de Colíder por meio da Comissão de Direito da Mulher (CDM), em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) realizou a 1ª Edição Mulheres em Foco.

Comissão apresenta parecer sobre Mero Aborrecimento

Após meses de estudo acerca de mais de 100 sentenças e acórdãos encaminhadas à OAB-MT, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) apresentou o parecer sobre as decisões que utilizam o “mero aborrecimento” como fundamento. Analisando o material encaminhado, a comissão percebeu que o mero aborrecimento não possui conceito pré-estabelecido, pelo contrário é abstrato e sem respaldo legal. O teor completo do parecer você pode encontrar no site da OAB-MT.

Proposta pela OAB-MT, advocacia deve realizar marcha ao Congresso Nacional

Priorizar a votação e aprovação do projeto de lei que criminaliza as violações às prerrogativas da advocacia no Congresso Nacional é o objetivo da Marcha da Advocacia. A proposta foi apresentada pelo presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT, André Stumpf, e aprovada no III Encontro Nacional de Defesa das Prerrogativas da Advocacia. Autor da proposta, André Stumpf lembra que as violações que ocorrem em todo o país ofendem o direito do cidadão que constitui um advogado para defender seus direitos, lembrando que o profissional da advocacia exerce função social conforme previsto no Estatuto da Advocacia em razão de sua indispensabilidade na administração da Justiça destacada pela própria Constituição Federal.



OAB Sinop e Unic buscam inclusão de acadêmicos no mercado de trabalho



A busca por um estágio ou emprego é um dos principais desafios dos acadêmicos e dos recém-formados. Visando minimizar essa dificuldade, a subseção de Sinop e a Universidade de Cuiabá (Unic) fecharam uma parceria na divulgação do “Canal Conecta”, uma plataforma que visa centralizar vagas de empregos e estágios e disponibilizá-los para os acadêmicos. Além das vagas, o canal traz dicas e vídeos

educativos, que instruem sobre como melhorar sua postura durante uma entrevista de emprego, como participar de processos seletivos, entre outros.

Mais de 600 kg de alimentos são arrecadados para Campo Novo do Parecis



Sucesso de público, a segunda edição do Carnaval Kids, promovido pela CAA-MT, teve um componente a mais neste ano: a solidariedade. A festa integrou a iniciativa conjunta da OAB-MT e todas as suas subseções para arrecadar doativos para as famílias atingidas pelas enchentes em Campo Novo do Parecis. Mais

de 600 quilos de alimentos foram arrecadados durante o Carnaval Kids e serão destinados às famílias de Campo Novo do Parecis. Os doativos foram entregues à Prefeitura do município.

OAB-MT e Cededipi discutem isenção de IPTU para idosos em Cuiabá

O presidente da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT e conselheiro estadual do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cededipi), Isandir Rezende e a secretária-geral do Cededipi, Maria Inês, se reuniram com o secretário de Fazenda de Cuiabá, Antonio Possas de Carvalho, para discutir sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as pessoas idosas. São passíveis de isenção os imóveis residenciais com valor venal igual ou inferior a R\$ 29,645 mil. O benefício é concedido a idosos com idade a partir de 60 anos, que tenham que possuam apenas um imóvel e estejam residindo nele.

Em Destaque



Extensa programação para advogadas marca o Mês da Mulher em Sorriso



Jantar comemorativo encerra o Março Mulher em Colíder



Câmara de Vereadores concede Moção de Aplausos à subseção de Peixoto de Azevedo



Advogadas são homenageadas com café da manhã em Campo Novo do Parecis



Rodrigo Palomares é eleito presidente do Conselho de Usuários da TIM na região Centro-Oeste



Para celebrar mês das mulheres, advogadas participam de atividades sociais em Sinop